



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS OFERECIDAS

À MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 2.184-23

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2009-1, ADOTADA EM 13 DE JANEIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 14 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado JAIRO CARNEIRO.....	003.
Senador LUIZ ESTEVÃO.....	004 005.
Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA...	001 006.
Deputado RONALDO CAIADO.....	002.

TOTAL DE EMENDAS: 006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-1

000001

2 DATA 14 / 01 / 2000		3 PROPOSIÇÃO MP Nº 2.009-1 de 13 de Janeiro de 2000	
4 AUTOR Deputada Maria de Lourdes Abadia		5 Nº PRONTUÁRIO 409	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO Único	INCISO ALÍNEA

9 TEXTO			
<p>Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória n.º 2.009, de 14 de dezembro de 1999, a seguinte redação:</p> <p>"Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis n.ºs 1.714, de 21 de novembro de 1.979, 1.727, de 10 de dezembro de 1979, 2.372, de 18 de novembro de 1.987 e 2.387, de 18 de dezembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e das Carreiras Policiais civis do Distrito Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.</p> <p>§ 1º A Gratificação de que trata este artigo será paga às carreiras Policiais Civis do Distrito Federal, até a sua integralização, na seguinte conformação:</p>			

I – 66,66% (sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento) do seu valor, a partir de 1º de dezembro de 1999;

II – 76,65 (setenta e seis vírgula sessenta e cinco por cento) do seu valor, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III – 100% (cem por cento) do seu valor, a partir de 1º de janeiro de 2002.

§ 2º O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro, em favor dos servidores das carreiras Policial Federal e Policiais Cíveis do Distrito Federal, que percebam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

JUSTIFICATIVA

MPJ 21.84-24.12004

Fls 05

A presente Emenda visa assegurar também aos policiais civis do Distrito Federal o direito à percepção da Gratificação por Operações Especiais - GOE, com tratamento isonômico aos policiais federais, uma vez que o Decreto-Lei n.º 1.714, de 21.11.79, instituiu a referida gratificação para os servidores da Carreira Policial Federal e, em seguida, adveio o Decreto-Lei n.º 1.727, de 10.12.79, que concedeu a mesma gratificação, e nos mesmos percentuais, aos Integrantes das Carreiras Policiais Cíveis do Distrito Federal.

Posteriormente foi editado o Decreto-Lei n.º 2.372, de 18 de novembro de 1987, que elevou o percentual da GOE da Polícia Federal de 60% para 90%, o mesmo ocorrendo com a GOE da Polícia Civil do Distrito Federal, consoante o estabelecido no Decreto Lei n.º 2.387, de 18 de dezembro de 1987.

A GOE vinha sendo regularmente paga a ambas instituições policiais até que, a partir de novembro de 1989, a União Federal e o Distrito Federal suspenderam o seu pagamento, a pretexto da extinção da vantagem com a superveniência da Medida Provisória n.º 106/89, transformada na Lei 7.923 de 12 de dezembro de 1989.

O próprio Governo Federal, em recentes decisões, reconheceu o direito dos policiais civis do Distrito Federal à percepção da GOE, por se tratar de servidores pertencentes à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, que é organizada e mantida pela União, nos termos do art. 21, Inciso XIV, da Constituição Federal. Mais adiante, disciplinando a competência da União em organizar e manter a PCDF, a Lei Maior, no seu Capítulo V, que trata do Distrito Federal e dos Territórios, prevê no § 4º do art. 32, que “a lei disporá sobre a utilização pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar”.

É cediço, que tanto os integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal como os integrantes da Polícia Federal se obrigam, por força do estatuto comum – Lei 4.878, de 03 de dezembro de 1965 - ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ficando, ainda, compulsoriamente incompatibilizados com o desempenho de qualquer outra atividade pública ou privada, ressalvadas as hipóteses de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição.

Nesse diapasão, a Polícia Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal tiveram, ao longo de suas existências, o mesmo tratamento administrativo e remuneratório por parte da União.

Poder Judiciário - 18-1-2004

Vale ao final esclarecer que, com a finalidade de amenizar o impacto nas despesas da União para com a Segurança Pública do Distrito Federal a Gratificação por Operações Especiais será paga aos integrantes das carreiras policiais civis do Distrito Federal, de forma escalonada, até a sua integralização, que se dará em janeiro de 2002.

Sala das Sessões, em de janeiro de 2000.

Maria de Lourdes Abadia
Deputada Federal MARIA DE LOURDES ABADIA - PSDB/DF

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-1
000002

2 DATA 18-01-2000	3 PROPOSIÇÃO MP 2009-1, DE 13/01/2000
4 AUTOR DEPUTADO RONALDO CAIADO	5 Nº PRONTUÁRIO
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA 01	8 ARTIGO 1º
9 PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA	

Dê-se nova redação ao artigo 1.º :

“Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771/80, de 21 de novembro de 1979 e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e Policiais Rodoviários Federais, a partir de 1º de dezembro de 1999.”

JUSTIFICATIVA

No mesmo patamar funcional da carreira Policial Federal, é devidos também aos Policiais Rodoviários Federais o mesmo respeito e extensão de merecimento da Gratificação por Operações Especiais, inclusive num reconhecimento isonômico de responsabilidades, haja vista a relevância e condições de suas jornadas de trabalho, num patrulhamento contínuo nas nossas rodovias, promovendo a segurança no tráfego e salvando vidas.

Devido à peculiaridade do cargo, o Policial Rodoviário Federal trabalha em tempo integral e dedicação exclusiva, ficando-lhe assim incompatibilizado o desempenho de qualquer outra atividade, quer privada ou pública, a igual exemplo do Policial Federal, sendo-lhe portando de justiça a extensão das prerrogativas propostas aos da carreira de Policial Federal.

10	ASSINATURA
	<i>Deputado Jairo Carneiro</i>

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-1

000003

DATA 19.01.00	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-1				
AUTOR Deputado Jairo Carneiro				Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	

TEXTO

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

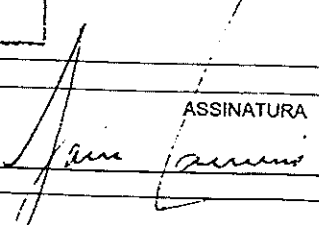
JUSTIFICATIVA

A medida sob emenda parte do velho vício, tão comum na nossa República, de conferir dois pesos à mesma medida. Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais travam na justiça, há muitos anos, a mesma batalha para recuperar gratificação

de idêntica natureza e denominação que percebiam pacificamente antes da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e que perderam indevidamente a partir de então.

Ao que parece, a MP acolhe, com muito atraso, a tese dos Policiais Federais, mas, sem qualquer elemento plausível capaz de justificar a atitude, não procede da mesma forma em relação aos Policiais Rodoviários Federais. Esse, portanto, é o motivo que justifica plenamente a aprovação da presente emenda, resgatando a justiça e o tratamento equânime que merece a matéria.

SENADO FEDERAL	
Subs. Coord. Legis. do C. N.	
MPV	2.154-21/2001
Fls.	09

ASSINATURA	
	

00047100

EMENDA Nº

MP 2009-1

000004

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-1, que assegura percepção de gratificação por servidores da Carreira Policial Federal, e dá outras providências.

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.009-1, de 13 de janeiro de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que se referem os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.727, de 10 de dezembro de 1979, 2.372, de 18 de novembro de 1987 e 2.387, de 18 de dezembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e das Carreiras Policiais civis do Distrito Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

§ 1º A Gratificação de que trata este artigo será paga às Carreiras Policiais Civis do Distrito Federal, até a sua integralização, na seguinte forma:

I - 66,66% (sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento) do seu valor, a partir de 1º de dezembro de 1999.

II - 76,65 (setenta e seis vírgula sessenta e cinco por cento) do seu valor, a partir de 1º de janeiro de 2001.

III - 100% (cem por cento) do seu valor, a partir de 1º de janeiro de 2002.

§ 2º O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro, em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policiais Civis do Distrito Federal, que percebam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa restabelecer aos policiais civis do Distrito Federal tratamento isonômico aos policiais federais quanto à percepção da Gratificação por Operações Especiais – GOE.

A GOE, instituída para os servidores da Carreira Policial Federal, através do Decreto-lei nº 1.714, de 21.11.79, estendeu-se, em seguida, por meio do Decreto-lei nº 1.727, de 10.12.79, aos integrantes das Carreiras Policiais Civis do Distrito Federal, concedendo-lhes a mesma gratificação e nos mesmos percentuais tendo em vista as particularidades das referidas Polícias organizadas, mantidas pela União conforme instituto constitucional disposto no art. 21, inciso XIV.

A fim de minimizar os efeitos financeiros da presente emenda nas despesas da União para com a Segurança Pública do Distrito Federal, prevê-se o seu escalonamento em percentuais até a sua integralização que ocorrerá em janeiro de 2002.

Em 19 de janeiro de 2000

Senador Luiz Estevão

SENADO FEDERAL
Subs. Coord.
MPV
19

MP 2009-1

000005

EMENDA Nº

À MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 2.009-1, que assegura percepção
de gratificação por servidores da
Carreira Policial Federal, e dá outras
providências.

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 2.009-1, de 13 janeiro de 2000, o seguinte artigo:

Art.. 1-A Estendem-se aos integrantes das Carreiras de Policiais Civis do Distrito Federal os mesmos percentuais de gratificações de que trata o art. 4º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1966.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa restabelecer aos policiais civis do Distrito Federal tratamento isonômico aos policiais federais quanto à percepção da Gratificação por

Operações Especiais – GOE, concedendo-lhes os mesmos percentuais de gratificações instituídos aos policiais federais, pelo art. 4º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996.

Em 19 de janeiro de 2000

Senador Luiz Estevão

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-1
000006

2 14 / 01/2000	3 MP Nº 2.009-1 de 13 de Janeiro de 2000
4 Deputada Maria de Lourdes Abadia	5 409
6 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA	8 ARTIGO 2º PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Inclua-se ao artigo 2º da Medida Provisória n.º 2.009, de 14 de dezembro de 1999, a seguinte redação:

“Art. 2º As Gratificações constantes do artigo 7º da Lei n.º 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, ficarão elevadas ao patamar das gratificações constantes do artigo 4º, da Lei n.º 9.266, de 15 de março de 1996.”

Renumere-se os artigos 2º, 3º e 4º, da Medida Provisória n.º 2.009, de 14 de dezembro de 1999.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa assegurar aos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal tratamento isonômico com os integrantes de sua irmã, a Polícia Federal, concedendo os mesmos percentuais de gratificações instituídos aos policiais federais, pelo artigo 4º, da Lei n.º 9.266, de 15 de março de 1996.

A Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia Federal são, e sempre foram, organizadas e mantidas pela União. Reger ambas as Instituições o mesmo estatuto, sendo comuns aos seus servidores os mesmos direitos, deveres e responsabilidades.

Ambas as instituições policiais tiveram origem do antigo Departamento Federal de Segurança Pública e, seguindo a ordem cronológica das leis, sempre receberam o mesmo tratamento remuneratório.

Recentemente, com o advento das Leis 9.264, de 07 de fevereiro de 1996 e 9.266, de 15 de março de 1996, quebrou-se a hegemonia de tratamento entre as mencionadas Instituições, o que se deu através de uma sutil, mas relevante diferenciação vencimental. vez que as gratificações de que tratam os artigos 7º, da primeira norma e 4º, da segunda norma citada, foram estabelecidas em patamares diferentes, cabendo aos policiais federais gratificações de 200%(duzentos por cento), e aos policiais civis do Distrito Federal, gratificações de 170% (cento e setenta por cento).

Sala das Sessões, em de janeiro de 2000.

Maria Lourdes Abadia

MPV 2.041 - 2 216 Deputada Federal MARIA DE LOURDES ABADIA - PSDB

ASSINATURA

Maria Lourdes Abadia

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2009-2** ADOTADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Senador ANTERO PAES DE BARROS.....	011.
Deputado JOSÉ PIMENTEL.....	009.
Deputada NAIR XAVIER LOBO.....	010.
Deputado OSCAR ANDRADE.....	012, 013.
Deputado PEDRO PEDROSSIAN.....	008.
Deputado PHILEMON RODRIGUES.....	007.

EMENDAS CONVALIDADAS: 06
EMENDAS ADICIONADAS: 07
TOTAL DE EMENDAS: 13

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-2

000007

2 DATA
15 / 02 / 003 PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2009-24 AUTOR
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO
1º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

9 TEXTO

Altere-se a redação dada ao Art. 1º, como segue:

“Art. 1º - Os valores da Gratificação por operações especiais a que aludiam os Decretos Leis números 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1771, de 20 de fevereiro de 1980 e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policia Federal e Policia Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

JUSTIFICATIVA

A Medida sob emenda parte do velho vício, tão comum na nossa República, de conferir dois pesos à mesma medida. Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais travam na justiça, há muitos anos, a mesma batalha para recuperar gratificação de idêntica natureza e denominação que percebiam pacificamente antes da Lei n.º 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e que perderam indevidamente a partir de então.

Ao que parece, a MP acolhe, com muito atraso, a tese dos Policiais Federais, mas, sem qualquer elemento plausível capaz de justificar a atitude, não procede da mesma forma em relação aos Policiais Rodoviários Federais. Esse, portanto, é o motivo que justifica plenamente a aprovação da presente emenda, resgatando a justiça e o tratamento equânime que merece a matéria.

ASSINATURA

FIS 43

MP 2009-2

000008

Data: 16/02/2000

Proposição: Medida Provisória nº 2.009-2 de 12/02/2000

Autor: Deputado Pedro Pedrossian

Partido: PFL

UF: MS

1

Supressiva 2

Substitutiva 3

X

Modificativa 4

Aditiva: 5

Substitutiva
Global

Página:

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alinea:

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

JUSTIFICATIVA

É inconcebível que haja um tratamento diferenciado entre Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais, por intermédio de Decretos-Leis ou Medidas Provisórias.

Ao editar a Medida Provisória nº 2.009-1, o Executivo resgatou o direito adquirido por Policiais Federais, solapados a partir da publicação da Lei nº 7.923 de 12 de dezembro de 1989.

Entretanto, formidável discriminação aparece na referida MP ao ignorar os mesmos direitos em relação aos Policiais Rodoviários Federais.

Seja este, portanto, o motivo plenamente justificável para que esta emenda modificativa seja aprovada. A presente matéria merece equanimidade em nome da justiça.

Assinatura:

Serviço de Comissões Mistas

Fts 49 de 19

MP 2009-2

000009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-2, DE 1:

Assegura percepção de gratificação por servidores da Carreira Policial Federal e dá outras providências.

**EMENDA MODIFICATIVA Nº
(Do Sr. Deputado JOSÉ PIMENTEL)**

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa estender a tão ansiada e merecida Gratificação por Operações Especiais (GOE) aos servidores da Polícia Rodoviária Federal. Trata-se de uma gratificação instituída em novembro de 1979, através do Decreto-Lei nº 1.714, que comandou sua implantação na folha de pagamentos da Polícia Federal, destinada ao cargo de natureza estritamente policial, em órgão da Administração Federal. Mais tarde, em fevereiro de 1980 o Decreto-Lei 1.771 concedeu a referida gratificação aos servidores da Polícia Rodoviária Federal.

A Gratificação por Operações Especiais (GOE) não se reveste de simples benesse ou privilégio. Encontra conseqüente justificativa para fazer

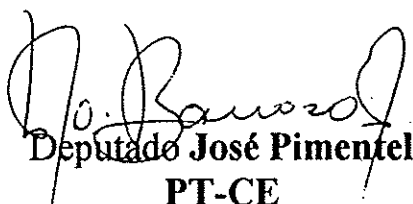
face às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e os riscos a que estão sujeitos seus exercentes.

Essa gratificação foi paga regularmente a ambas as carreiras até ser suspensão em novembro de 1989. Em 14 de dezembro de 1999, através da MP nº 2.009/99, os Policiais Federais reconquistaram o direito à recepção da GOE.

Quando das discussões na Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público acerca da criação da carreira de Policial Rodoviário Federal, em abril de 1998, interpusemos as emendas 001 a 004/98, todas no sentido de conferir igualdade salarial entre os Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais, entendido que a natureza da atividade que exercem, a identidade de atribuições dessas polícias e a esfera a que estão subordinadas reclama esse tratamento isonômico.

Diante disso, nada mais justo que estender aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal a recepção da GOE, objeto da presente Emenda, para a qual peço o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 16 de Fevereiro de 2000.


Deputado José Pimentel
PT-CE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-2

000010

2 DATA 17/02/2000		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-2 - 11-02-2000	
4 DATA DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO		5 Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações especiais a que aludiam os Decretos - Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 10 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial”

JUSTIFICATIVA

A medida sob emenda parte do velho vício, tão comum na nossa República, de conferir dois pesos à mesma medida. Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais travam na justiça, há muitos anos, a mesma batalha para recuperar gratificação de idêntica natureza e denominação que percebiam pacificamente antes da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e que perderam indevidamente a partir de então.

Ao que parece, a MP acolhe, com muito atraso, a tese dos Policiais Federais, mas, sem qualquer elemento plausível capaz de justificar a atitude, não procede da mesma forma em relação aos Policiais Rodoviários Federais. Esse, portanto, é o motivo que justifica plenamente a aprovação da presente emenda, resgatando a justiça e o tratamento equânime que merece a matéria.

10	ASSINATURA <i>Nair Xavier Lobo</i>	SENADO FEDERAL Subs. Coord. N MPV- 21/16-14/2000 Els. 24 13
WADO EVAL	Ass. Coord. regist. do C. N.	

MP 2009-2

000011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
16/02/00

proposição

Medida Provisória nº 2009-2

autor

Senador ANTERO PAES DE BARROS

nº do prontuário

1	Supressiva	2.	substitutiva	3.X	modificativa	4.	aditiva	5.	Substitutivo global
---	------------	----	--------------	-----	--------------	----	---------	----	---------------------

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979; 1.771, de 20 de fevereiro de 1980; e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

§ único – O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em prol dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa tão somente por um basta num velho vício da administração, qual seja, de estabelecer duas medidas distintas para situações iguais e/ou idênticas, sempre em prejuízo de uma das partes. *In casu*, Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais lutam na justiça, e a vários anos, com o igual objetivo de recuperar gratificação de idêntica natureza e denominação que percebiam serenamente antes do advento da malsinada Lei de nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e que lhes foram subtraídas indevidamente e sem maiores justificativas legais desde então.

Assim, a Medida Provisória acolhe, com muita propriedade e igual atraso, a tese dos Policiais Federais, contudo, sem qualquer elemento plausível capaz de justificar a atitude, não atende ao outro segmento da classe – os Policiais Rodoviários Federais. Razão pela qual se impõe e justifica-se plenamente a aprovação da presente emenda, resgatando a justiça e o tratamento igual que deve prevalecer.

PARLAMENTAR

Brasília, 16 de fevereiro de 2000

SENADO FEDERAL

Subs. Com. Legis. do C. N.

MP nº 2009-2/16-14/2000

Fls. 24

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-2

000012

Data 16/02/2000	Proposição MP 2009-2
---------------------------	--------------------------------

Autor DEPUTADO OSCAR ANDRADE
--

Tipo Modificativa

TEXTO

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória n.º 2.009, de 14 de dezembro de 1999, a seguinte redação:

"Art. 1º - Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e das Carreiras de Policial Rodoviário Federal e de Policial Civil Federal dos ex-Territórios, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das carreiras Policial Federal e Policial Civil Federal dos ex-Territórios que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

co C. H.
2184-21/2001

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa reparar a injustiça que muito temos visto em episódios relativos a concessão de benefícios das classes de servidores federais concedidos pelo Governo Federal.

Não podemos admitir que a classe de Policiais Rodoviários Federais, assim como os Policiais Cíveis Federais dos ex-Territórios não sejam contemplados com a mesma gratificação concedida aos Policiais Federais, sendo que as duas classes acima citadas cumprem papéis relevantes de segurança nacional. No caso específico dos Policiais Cíveis Federais dos Ex-Territórios, tem um significado ainda maior que o de ocupar, defender e proteger toda área de fronteira do Brasil e os países vizinhos. Podemos citar que o Estado de Rondônia, que tem uma área de fronteira de mais de 900 kms, e pela total falta de números suficiente de policiais federais, a segurança é feita pela Polícia Civil Federal local.

Creio que a extensão desse benefício a essas duas classes de Policiais Federal Rodoviário e Civil Federal é plenamente justa pelos fatos expostos e pelo caráter equânime que merece a matéria.


OSCAR ANDRADE
 Deputado Federal

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-2

000013

Data	Proposição
16/02/2000	MP 2009-2

Autor
DEPUTADO OSCAR ANDRADE

Tipo
Modificativa

TEXTO

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória n.º 2.009, de 14 de dezembro de 1999, a seguinte redação:

"Art. 1º - Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de

novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e das Carreiras Policial Civil Federal dos ex-Territórios, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das carreiras Policial Federal e Policial Civil Federal dos ex-Territórios que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

SENADO FE:
Subs. Coord. I
MRV 215
Fls. 219

JUSTIFICATIVA

A emenda em questão tem o objetivo de assegurar aos Policiais Civis Federais dos ex-Territórios o direito de percepção da Gratificação por Operações Especiais - GOE, com tratamento isonômico aos Policiais Federais.

Em decorrência do ato legislativo extintivo, os policiais passaram a integrar um quadro em extinção do serviço público federal, e os ativos foram postos à disposição das Secretarias de Segurança de seus respectivos Estados, subsistindo a responsabilidade da União no que tange à fixação e ao pagamento da remuneração percebida pela categoria.

Assim é que os vencimentos dos integrantes do quadro dos policiais civis dos ex-territórios, por questão de justiça, sempre ombrearam aqueles pagos pela União aos Policiais Federais e aos Policiais Civis do Distrito Federal.

A igualdade remuneratória, garantida de fato, restou consolidada normativamente a partir de dezembro de 1986, com a promulgação da Lei nº 7.548, e em outras que lhe seguiram, sendo certo que para cada nova lei endereçada aos Policiais Federais, sucedia-lhe uma norma aplicando idênticas vantagens aos Policiais dos Ex-Territórios.

É imperioso frisar, a reconhecida semelhança entre as atividades desenvolvidas pelos policiais federais e civis dos ex-territórios, pois já levou o legislador a reconhecer, em diversas normas específicas, a igualdade jurídica entre as categorias policiais em comento, faltando apenas a garantia de sua observância.

Com efeito, a primeira atuação legiferante com o fito de garantir a necessária igualdade, deu-se logo após o advento do Decreto-Lei nº 2.251/85, que criou a carreira da Polícia Federal e definiu as bases remuneratórias da categoria.

À época, o referido Decreto-Lei exigiu do legislador um ato positivo no sentido de equiparar objetivamente a carreira de policiais dos ex-Territórios, a fim de elidir possíveis diferenças criadas na novel norma. Bem por isso, o Executivo fez enviar ao Legislativo competente Projeto de Lei formalizando a referida igualdade.

De todo o procedimento normativo, chama a atenção a Exposição de Motivo feita pelo então Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração ao Presidente da República da época, onde se expõe a necessidade de isonomia remuneratória entre as categorias:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República, O Decreto-Lei nº 2.251 de 26 de fevereiro de 1985, disciplinou a carreira Policial Federal, fixando a correspondente retribuição, de modo a assegurar aos funcionários dela integrantes remuneração condizente com a relevância dos serviços prestados.

Da mesma forma, o Decreto-Lei nº 2.266 de 22 de março de 1985, criou idêntica carreira no Distrito Federal, com disciplinamento e retribuição idêntica.

Não se incluem nessas carreiras os servidores que desempenham atividades policiais nos Territórios Federais e os exercentes de atribuições da mesma natureza nos extintos Territórios Federais do Acre, Rondônia.

Vez que se trata de mesmas atividades, exercidas em unidades de Federação (União, Distrito Federal e Territórios Federais) que se sujeitam a disciplinamento idênticos pertinentes à Administração de Pessoal, devem ser estendidas a esses servidores ainda não beneficiados com as normas de classificação de cargos, insertas no mencionado Decreto-Lei nº 2.251/85.

Em face do Exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei, destinado a estender a incidência do Decreto-Lei nº 2.251/85, aos servidores de que se trata."

A manifestação do Executivo, é certo, obteve o respaldo do Congresso Nacional, que editou a Lei nº 7.548, de 05 de dezembro de 1986, CONCEDENDO ISONOMIA ENTRE AS CATEGORIAS, vez que mandava aplicar aos policiais civis dos ex-territórios idêntico plano de carreira e vencimentos entre os policiais federais, mediante o expresse comando para a aplicação do Decreto-Lei nº 2.251/85 aos agentes dos Ex-Territórios, in verbis:

"Artigo 1º - Aplica-se, no que couber, o disposto no Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, aos servidores públicos, ativos e inativos, dos Territórios Federais, incluídos os transformados em Estados.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua aplicação, retroagindo seus efeitos à data de início da vigência do Decreto-Lei nº 2.251, de 22 de fevereiro de 1985."

SENADO FEDERAL	
Subs. para Reg. do C. H.	
MP/	2184-21/2001
Fls.	24

Verificando-se o teor da norma, não se pode negar que o objetivo da Lei nº 7.548/86 foi o de conceder Isonomia de carreira e vencimentos entre as classes assemelhadas, o que desde logo afasta a alegação de ausência de lei específica, veiculando a referida igualdade entre as classes em tela.

Não obstante, a Constituição Federal, em seu artigo 39, parágrafo 1º consagrou o princípio da isonomia, preceituando in verbis:

"Parágrafo 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho".

Ressalta-se ainda, o disposto no artigo 41, parágrafo 4º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, que assim preceitua:

"É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho."

No entanto poderíamos citar tantas outras leis que asseguram o direito de isonomia entre policiais federais e policiais civis dos ex-Territórios, como por exemplo, a Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991, Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, que regulamenta os artigos 37, inciso XI e 39, parágrafo 1º da Constituição Federal e dá outras providências.

Conforme já exposto, vemos que o princípio de igualdade remuneratório entre as classes é absolutamente inquestionável dentro dos preceitos da legislação.

Para tanto esperamos o acatamento da presente emenda, a qual propiciará o tratamento igualitário entre as classes.


OSCAR ANDRADE
Deputado Federal

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.009-3, DE 10 DE MARÇO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 13 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	014.

EMENDAS ADICIONADAS: 01

TOTAL DE EMENDAS: 14

RELATOR:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-3

000014

DATA 14.03.2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-3			
AUTOR Deputado JAIR BOLSONARO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>TEXTO</p> <p>Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.009-3, de 2000, a seguinte redação:</p> <p>"ART. 1º. Os valores da gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs. 1.714, de 21 de novembro de</p>				

LEGISLAÇÃO
C. N.
184-21/2004

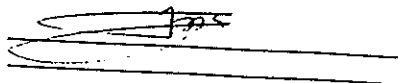
1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e da carreira de Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das carreiras citadas no **caput** que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 2.009-3, de 2000, reconheceu o direito dos servidores integrantes da Carreira Policial Federal à percepção da Gratificação por Operações Especiais, tida como extinta por errônea interpretação da Administração. Sucede, entretanto, que a citada medida provisória, incompreensivelmente, não contemplou, com a mesma concessão, os servidores da carreira de Policial Rodoviário Federal que, em decorrência do Decreto-Lei nº 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, também eram beneficiários da Gratificação por Operações Especiais. Nossa proposição almeja corrigir essa situação de injustiça, conferindo tratamento igualitário aos policiais das duas carreiras.

ASSINATURA



EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2009-4, ADOTADA EM 11 DE ABRIL DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS

EMENDAS N.ºS

Deputado CABO JÚLIO.....	016.
Senador ROMERO JUCÁ.....	015.

SACM

TOTAL DE EMENDAS CONVALIDADAS:	014
TOTAL DE EMENDAS ADICIONADAS:	002
TOTAL DE EMENDAS:	016

RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA

MP 2.009-4

000015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ESP

DATA

13 / 04 / 00

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2009-4

AUTOR

SENADOR ROMERO JUCÁ

Nº PRONTUÁRIO

81

TIPO

1__ - SUPRESSIVA 2__ - SUBSTITUTIVA 3_X - MODIFICATIVA 4__ - ADITIVA 5__ - SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

1/1

1º

TEXTO

Dê-se ao artigo 1º da MP 2009-4 a seguinte redação:

"Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e da Polícia Rodoviária Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999."

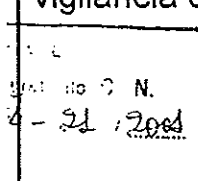
Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores da Carreira Policial Federal e da Polícia Rodoviária Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.

JUSTIFICATIVA

É da maior justiça a extensão à Polícia Rodoviária Federal da Gratificação de Operações Especiais pelo grande trabalho que realiza, com grande risco de vida, no combate ao narcotráfico e sua vigilância do grande sistema rodoviário nacional.

Sala da Comissão em 13 de abril de 2000


 Senador Romero Jucá


 N.º 21, 2000

MP 2.009-4

000016

Medida Provisória nº 2.009-4, de 11 de abril de 2000.

Assegura percepção de gratificação por servidores da
Carreira Policial Federal, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

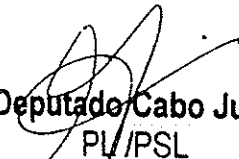
Acrescente-se ao art. 1º à Medida Provisória nº 2.009-4, de 11 de
de 00, a seguinte expressão:

"Art. 1º-....., ficam assegurados a todos os servidores da Carreira de
Policial Federal e de **POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL**,
partir de 1º de dezembro de 1999.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Medida Provisória assegura a percepção de gratificação por
servidores da Carreira Policial Federal e a presente emenda visa equiparar a polícia
Rodoviária Federal àquela categoria no tocante à percepção da gratificação por
Operações Especiais.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2000.



Deputado Cabo Julio
PL/PSL
Prontuário 224/99

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2009-5, ADOTADA EM 11 DE MAIO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Deputado NORBERTO TEIXEIRA..... 017.	

TOTAL DE EMENDAS CONVALIDADAS: 016
 TOTAL DE EMENDAS ADICIONADAS: 001
 TOTAL DE EMENDAS: 017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.009-5

000017

DATA 15.05.2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-5			
AUTOR Deputado NORBERTO TEIXEIRA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.009-5, de 2000, a seguinte redação:

"ART. 1º. Os valores da gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs. 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e da carreira de Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das carreiras citadas no **caput** que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 2.009-5, de 2000, reconheceu o direito dos servidores integrantes da Carreira Policial Federal à percepção da Gratificação por Operações Especiais, tida como extinta por errônea interpretação da Administração. Sucede, entretanto, que a citada medida provisória, incompreensivelmente, não contemplou, com a mesma concessão, os servidores da carreira de Policial Rodoviário Federal que, em decorrência do Decreto-Lei nº 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, também eram beneficiários da Gratificação por Operações Especiais. Nossa proposição almeja corrigir essa situação de injustiça, conferindo tratamento igualitário aos policiais das duas carreiras.

ASSINATURA



EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.041-7, DE 28 DE JUNHO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 29 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO EURIPEDES MIRANDA	018.

Emendas apresentadas: 17
 Emendas adicionadas: 01
TOTAL DE EMENDAS: 18

RELATOR:

MP 2041-7

000018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30/06/00		Proposição: MP 2041-7 de 2000		
Autor: Deputado EURÍPEDES MIRANDA			Prontuário nº 047	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa x	4. Aditiva	5. Substitutiva
6. Redação	Artigo: 1º	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página:

Dê-se ao *caput* do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e das carreiras de Polícia Civil Federal dos ex-Territórios, a partir de dezembro de 1999."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que, os Policiais civis dos ex-Territórios sejam contemplados com a mesma gratificação concedida, uma vez que, cumprem os mesmas atividades dos policiais federais, porquanto defendem e protegem toda área de fronteiras desse imenso país, bem como as atividades inerentes da própria Polícia Federal, seqüestro, narcotráfico, etc, correndo os mesmos riscos a que estão sujeitos esses policiais.

Desta forma, entendemos ser plenamente de direito e de justiça que esses Policiais Civis Federais tenham assegurados a Gratificação por Operações Especiais.

Contamos novamente com o espírito público dos ilustres pares para que aprovem essa emenda de inteireza justiça.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2.000.

EURÍPEDES MIRANDA
Deputado Federal

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.041-11, DE 24 DE OUTUBRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
SENADOR ROMERO JUCÁ	019.

Emendas apresentadas: 18
 Emendas adicionadas: 01
TOTAL DE EMENDAS: 19

RELATOR

MP 2041-11
 .000019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

DATA 30 / 10 / 00		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2041-11		
AUTOR SENADOR ROMERO JUCÁ		Nº PRONTUÁRIO 81		
TIPO 1 - SUPRESSIVA 2 - SUBSTITUTIVA 3 X-MODIFICATIVA 4 - ADITIVA 5 - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1/1	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

O artigo 1º, da MP 2041-11 de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação; alterando-se, em consequência, a respectiva ementa:

Art. 1º. Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados aos servidores das Carreiras de Policial Federal, de Policial Rodoviário Federal e de Policial dos ex-Territórios, a partir de 1º de dezembro de 1999.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa a estender a Gratificação de Operações Especiais, aos integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal, pelo meritório trabalho que realizam em nossas estradas, com enorme risco, no combate ao narcotráfico e ao roubo de cargas, uma vez que tais crimes são cometidos, na maioria das vezes, na malha rodoviária nacional.

Além do mais, o policial rodoviário federal desempenha atividade diuturna de vigilância e de prevenção de acidentes, bem como de socorro às vítimas.

Quanto aos Policiais dos ex-Territórios, justifica-se a extensão do direito de perceberem a GOE, uma vez que além de serem pagos pela União, muitos já a recebem, eis que vencedores de ações judiciais transitadas em julgado.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2000


Senador Romero Jucá

Carimbo da Comissão

Carimbo da Comissão Mista

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.041-12, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DAS CARREIRAS POLICIAL FEDERAL, DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL, E DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, ALTERA AS LEIS NºS 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, 5.619, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1970, E 5.906, DE 23 DE JULHO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ALBERTO FRAGA	020, 021, 022, 023.

Emendas apresentadas: 19
Emendas adicionadas: 04
TOTAL DE EMENDAS: 23

RELATOR:

MP 2041-12

000020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/ 11 / 2000	Proposição Medida Provisória nº 2.041-12 de 23/11/2000
-----------------------	---

Autor DEPUTADO ALBERTO FRAGA = PMDB/DF	Nº Prontuário
---	---------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página 02	Artigo 27-A	Parágrafo único	Inciso	Alínea
--------------	----------------	--------------------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

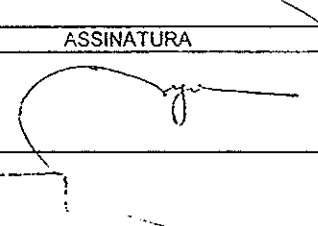
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo único do art. 27-A da seção III da medida provisória 2.041-12 de 23 de novembro de 2000.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 27-A fere o art. 40 §8º da Constituição Federal, que assegura aos servidores aposentados ou inativos a revisão dos proventos na mesma proporção e data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

ASSINATURA

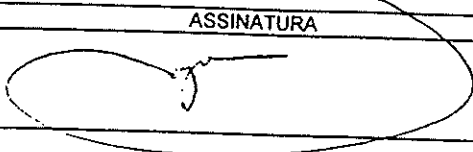
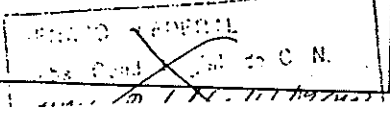


MPV- 95/16-14/2000
05 2 21

MP 2041-12

000021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/ 11 / 2000		Proposição Medida Provisória nº 2.041-12 de 23/11/2000		
Autor DEPUTADO ALBERTO FRAGA = PMDB=DF			Nº Prontuário	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 03	Artigo 27-A	Parágrafo Único	Inciso	Alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA SUPRESSIVA				
Suprima-se o art 27-A da Seção III da MP 2.041-12 de 23 de novembro de 2000.				
JUSTIFICAÇÃO				
O parágrafo único do art 27-A fere o art. 40 §8º da Constituição Federal, que assegura aos servidores aposentados ou inativos a revisão dos proventos na mesma proporção e data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.				
ASSINATURA				
				

MP 2041-12

000022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/11/2000	Proposição Medida Provisória nº 2.041-12 de 23/11/2000			
Autor Deputado Alberto Fraga - PMDB/DF			Nº Prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 02	Artigo 27-A	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se o art. 27-A DA pag 2 seção III da MP 2.041-12

Seção III


Da Gratificação de Operações Policiais Militares

Art 27-A. A Gratificação de Operações Policiais Militares é atribuída ao policial militar integrante do efetivo da Polícia militar do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Gratificação de Operações Policiais Militares deve ser atribuída a todos os policiais militares, na ativa e na inatividade pois enquanto policial o dever de agir é o mesmo, fato que tem previsão no art. 301 do Dec Lei 3.689/41 - Código de Processo Penal, sob pena de prevaricação, razão pelo qual não se justifica qualquer discriminação em relação aos policiais inativos.

ASSINATURA



SENADO FEDERAL
Subs. Com. 1º - 2.º M.
MPV-9.116-14/2000
Fl.

MP 2041-12

000023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29 / 11 / 2000		Proposição Medida Provisória nº 2.041- 41 de 23/11/2000		
Autor DEPUTADO ALBERTO FRAGA - PMDB/DF			Nº Prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 03	Artigo 27-A	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se o art. 27-A da pag 03 seção III da MP2.041-12

Seção III

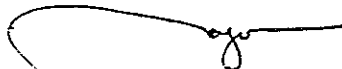
Da Gratificação de Operações Bombeiro Militar

ART. 27-A A Gratificação de Operações Bombeiro Militar é atribuída ao Bombeiro Militar integrante do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Gratificação a que se refere a presente emenda modificativa deve ser estendida a todos os Bombeiros Militares a fim de atender regra constitucional com previsão no art 40 parágrafo 8º.

ASSINATURA



SENADO APROVA

Subs. 1º e 2º de 14/11/2000

MP 2041-12 de 23/11/2000

FIS 2041-12

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.116-15**, ADOTADA ADOTOU, EM 26 DE JANEIRO DE 2001 E PUBLICOU NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DAS CARREIRAS POLICIAL FEDERAL, DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL, E DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, ALTERA AS LEIS NºS 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, 5.619, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1970, E 5.906, DE 23 DE JULHO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado MIRO TEIXEIRA	024
Deputado ALBERTO FRAGA	025, 026, 027, 028
Senador MOZARILDO CAVALCANTE	029
Deputado GONZAGA PATRIOTA	030

TOTAL DE EMENDAS - 30

Convalidadas - 023
Adicionadas - 007

MP-2116-15

000024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 31.01.2001		Proposição: MP Nº 2116-15		
Autor: MIRO TEIXEIRA (PDT/RJ)		Prontuário 317		
1. Supressiva x	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 9º	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página: 1/1

Suprima-se o parágrafo único do art. 27-A da Lei nº 5.619 de 1970, nos termos da redação proposta pelo art. 9º da MP nº 2.116-15.

Justificativa

A redação proposta ao parágrafo único do art. 27-A da Lei mencionada anteriormente, exclui os aposentados e pensionistas da percepção da gratificação de operações policiais militares de que trata o inciso III do art. 13 da Lei nº 5619/70 com a redação conferida pelo 9º da MP, o que mitiga a paridade estatuída no § 8º do art. 40 da CF. O PDT propõe a presente emenda para suprimir esta discriminação.

Sala da Comissão, 31 de janeiro de 2001

MP-2116-15

000025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 01 / 02 / 2001		Proposição Medida Provisória nº 2.116-15 de 26/01/2001		
Autor DEPUTADO ALBERTO FRAGA = PMDB/DF			Nº Prontuário	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 02	Artigo 27-A	Parágrafo único	Inciso	Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

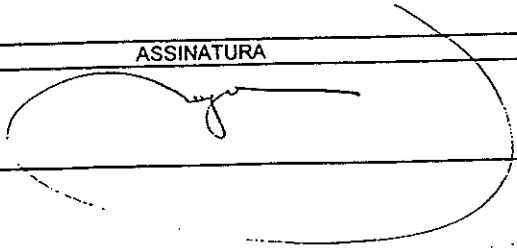
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 9º da MP 2.116-15 de 26/01/2001 o parágrafo único do art. 27-A da SEção III.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo único do art. 27-A fere o art. 40 §8º da Constituição Federal, que assegura aos servidores aposentados ou inativos a revisão dos proventos na mesma proporção e data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

ASSINATURA



MP-2116-15

000026

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 01 / 02 / 2001	Proposição Medida Provisória nº 2.116-15 de 26/01/2001
------------------------	---

Autor DEPUTADO ALBERTO FRAGA = PMDB/DF	Nº Prontuário
---	---------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página 03	Artigo 27-A	Parágrafo único	Inciso	Alínea
--------------	----------------	--------------------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

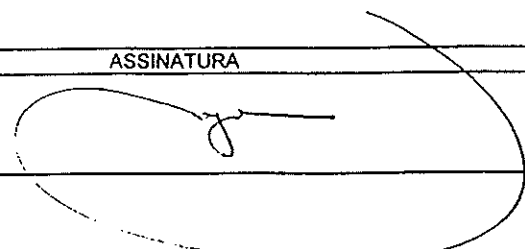
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 10 da MP 2.116-15 de 26/01/2001 o parágrafo único do art. 27-A da Seção III.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo único do art. 27-A fere o art. 40 §8º da Constituição Federal, que assegura aos servidores aposentados ou inativos a revisão dos proventos na mesma proporção e data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

ASSINATURA



MP-2116-15

000027

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 01/ 02 / 2001		Proposição Medida Provisória nº 2.116-15 de 27/01/01		
Autor DEPUTADO ALBERTO FRAGA = PMOB/DF		Nº Prontuário		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 02	Artigo 27-A	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se o art. 9º da pag 02 da MP. 2.116-15.

Seção III

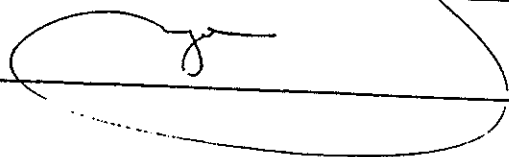
Da Gratificação de Operações Policiais Militares

Art. 27-A A gratificação de Operações Policiais Militares é atribuída ao policila militar integrante do efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

A gratificação de Operações Policiais Militares deve ser atribuída a todos os policiais militares, na ativa e na inatividade pois enquanto policial o dever de agir é o mesmo, fato que tem previsão no art. 301 do Dec. Lei 3.689/41 - Código de Processo Penal, sob pena de prevaricação, razão pelo qual não se justifica qualquer discriminação em relação aos policiais inativos.

ASSINATURA



MP-2116-15

000028

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 01/ 02 /2001		Proposição Medida Provisória nº 2.116-15 de 26/01/2001		
Autor DEPUTADO ALBERTO FRAGA = PMDB/DF			Nº Prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 03	Artigo 27-A	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se o art.10 da pag 03 da MP 2116-15 de 26 de janeiro de 2001.

Seção III

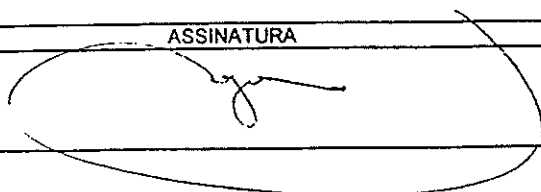
Da gratificação de operações Bombeiro Militar

Art. 27-A A Gratificação de Operções Bombeiro Militar é atribuída ao Bombeiro Militar integrante do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

A Gratificação a que se refere a presente emenda modificativa deve ser estendida a todos os Bombeiros Militares a fim de atender regra constitucional com previsão no art.40 parágrafo 8º.

ASSINATURA



MP-2116-15

000029

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.116 – 14 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000.

Assegura a percepção por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis n.ºs 4.878, de 03 de dezembro de 1965, 5.619, de 03 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º

Dê-se ao art. 5º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 5º O disposto nesta Medida Provisória não se aplica e não se estende a qualquer outro cargo ou carreira, ainda que de natureza similar, ressalvando-se as criadas pela Lei n.º 6.270, de 26 de novembro de 1975.”

JUSTIFICATIVA:

A presente modificação visa garantir aos Policiais Militares dos ex-Territórios Federais de Roraima e Amapá a gratificação concedida pela MP 2.116-14/2000, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional n.º 19 em seu art. 31.

Sala das Sessões em, 01 de fevereiro de 2001.


Senador MOZARILDO CAVALCANTI
PFL - RR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.116-15.**EMENDA ADITIVA:**

Inclua-se **parágrafo único** no art. 1º da Medida Provisória nº 2.116-15, de 26 de janeiro de 2001, bem como o texto "**Policial Rodoviário Federal**" na ementa da supracitada medida provisória.

Em razão da inclusão os dispositivos passarão a ter a seguinte redação:

EMENTA: "Assegura a percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, **Policial Rodoviário Federal**, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1995, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências."

"Art. 1º ...

Parágrafo único. *Ficam assegurados aos servidores da Carreira Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de fevereiro de 2001, os valores da Gratificação por Operações Especiais a que se refere este artigo."*

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa compatibilizar o texto da MP 2.116-15/01, originária da MP 2.009/99, com a Constituição Federal, pois, estando a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Polícia Federal, inserida no Sistema de Segurança Pública, nos termos do art. 144, caput, incisos I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessário se faz dar o mesmo tratamento salarial aos servidores da carreira Policial Rodoviário Federal.

Através da MP nº 2.009/99, o Governo Federal contemplou os servidores da carreira Policial Federal, restabelecendo a Gratificação por Operações Especiais.

Posteriormente, através de reedição da mencionada norma, o Governo Federal, também, contemplou os Policiais Civis do Distrito Federal, na forma do art. 2º da MP 2.116-15/01, ora vigente, em substituição a MP 2.009/99.

Há que se ressaltar que o Governo fez justiça aos Policiais Federais e Civis do Distrito Federal ao reconhecer os seus direitos em receber os valores correspondentes a GOE, instituída, originalmente, para recompensar os ocupantes de cargos de natureza policial em face das peculiaridades do exercício de função decorrente da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos a que estão sujeitos.

Todavia, a MP 2.009/99, e suas reedições, não contemplou os servidores da Carreira Policial Rodoviário Federal que, igualmente, **estão sujeitos às mesmas peculiaridades do exercício de função decorrente da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos da própria vida**, privando os de **um direito líquido e certo**, garantido pela Constituição da República (art. 5º, XXXVI).

Comprova-se, ainda, que a citada norma discriminou os Policiais Rodoviários Federais, em verdadeira afronta **aos princípios constitucionais de igualdade** (art. 5º da CF), conforme-se constata no art. 5º da MP 2.116-15/01, *verbis*:

"Art. 5º O disposto nesta Medida Provisória não se aplica e não se estende a qualquer outro cargo ou carreira, ainda que de natureza similar".

Esta absurda discriminação, há que ser corrigida urgentemente por esta Casa Legislativa, considerando que, historicamente, desde janeiro de 1980, os servidores da Polícia Rodoviária Federal sempre tiveram **os mesmos direitos** dos servidores da Polícia Federal, **relativamente as gratificações concedidas** pelo Governo Federal, em face do **desempenho de atribuições iguais ou assemelhadas** exercidas nos cargos de atividade de natureza policial, cujos servidores, igualmente, são mantidos pela União Federal e pertencem aos quadros do mesmo Ministério da Justiça, senão vejamos:

- a) Através do Decreto-lei nº 1.714, de 21/11/79, originalmente, foi instituída a **Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Federal**;
- b) Ato contínuo, o Decreto-lei nº 1.771, de 20/02/80, **reconhecendo a semelhança de atribuições**, estendeu a supracitada **Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Rodoviária Federal**;
- c) Posteriormente, através do Decreto-lei nº 2.211/84 foi instituída a **Gratificação de Função Policial aos servidores da Polícia Federal**;
- d) Sequencialmente, face **a semelhança de atribuições**, o Decreto-lei nº 2.259/85 **estendeu a referida Gratificação de Função Policial aos Policiais Rodoviários Federais**;

Posteriormente, a **Gratificação por Operações Especiais**, originalmente, instituída pelo Decreto-lei nº 1.714/79, no percentual de 60% dos vencimentos, por força do Decreto-lei nº 2.372/87, foi majorada para 90%.

A partir de 1988, com o advento da nova Constituição Federal, **o direito dos servidores com atribuições iguais ou assemelhadas**, *in casu* os Policiais Rodoviários Federais e Policiais Federais, embora já reconhecido pelo Governo Federal, expressamente, **foi assegurado através do imperativo constitucional, estabelecido no art. 39, § 1º, garantindo, assim, a isonomia de vencimentos para tais servidores**, seja através de leis, decretos-leis ou medidas provisórias.

Nesse sentido, regulamentando o texto constitucional, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis, instituído pela Lei nº 8.112/90, aplicável aos Policiais Rodoviários Federais e aos Policiais Federais, em seu artigo 41, parágrafo 4º, arrematou:

“§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e às relativas à natureza ou ao local de trabalho”.

Em cumprimento ao mandamento constitucional e ao novo estatuto dos servidores, a exemplo das legislações anteriores, o Governo Federal, tendo em vista sua interpretação equivocada de que a Gratificação por Operações Especiais havia sido incorporada pela Lei nº 7.923/89, reconheceu sua falha editando novas normas com a finalidade de beneficiar os servidores das duas instituições, senão vejamos:

a) Através da **Lei nº 8.162**, de 08/01/91, em seu **art. 15**, foi **restabelecida a Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Federal**:

b) Novamente, **reconhecendo a semelhança de atribuições**, entre os servidores das duas instituições, através da **Lei nº 8.270**, de 17/12/91, no **§ 2º do art. 14**, o Governo Federal **estendeu a Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Rodoviária Federal**.

A fundamentação à criação da **GOE**, para os grupos funcionais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, sempre se deu **para atender às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo ou emprego e riscos a que estão sujeitos**, sendo, portanto, igual a sua interpretação às duas instituições policiais.

Considerando que os efeitos das sucessivas decisões judiciais favoráveis aos Policiais Federais, para pagamento da **GOE**, como gratificação e como adicional, foi reconhecido pelo Governo Federal, através da **MP 2.009/99**, ora substituída pela **MP 2.116-15/01**, justifica-se plenamente a presente emenda para extensão da mencionada gratificação aos Policiais Rodoviários Federais, a exemplo das legislações anteriores.

Convém ressaltar, que Policiais Rodoviários Federais, lotados no Estado de Alagoas, conseguiram assegurar junto ao Poder Judiciário o direito em relação a **Gratificação de Operações Especiais**, nos termos dos Decretos-leis nºs **1.714/79 c/c 1.771/80 e 2.372/97**, conforme decisão do Tribunal Federal da 5ª Região, *verbis*:

- **APELAÇÃO CÍVEL Nº 106296-ALAGOAS**. - Apelante (autor): Renato Melo da Costa Junior e outros. - Apelado: União Federal. - Relator: Juiz **ALDO ARAKEN MARIZ**:

EMENTA

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO POR OPERAÇÕES ESPECIAIS – GOE. POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS. INCORPORAÇÃO. CUMULATIVIDADE COM A PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO. DECRETO-LEI Nº 1.714/79. DECRETO-LEI Nº 1.771/80, DECRETO-LEI Nº 2.372/87. LEI Nº 7.923/89. LEI Nº 8.162/91 E LEI Nº 9.266/96.

1. Têm os Policiais Rodoviários Federais direito à percepção da GOE, nos termos do Decreto-lei nº 1.714/79 c/c Decreto-lei nº 1.771/80 e Decreto-lei nº 2.372/87 até a ocorrência de sua revogação pelo advento da Lei nº 9.266/96.

2. A lei nº 7.923/89 não incorporou a GOE aos vencimentos, por ser esta uma gratificação de dedicação exclusiva.

...
5. *Apelação parcialmente provida.*

DECISÃO: UNÂNIME.

Ademais, a Lei Maior do País assegura a igualdade, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, dentre outros, princípios estes, que tem por fim garantir a segurança do direito no tempo, como condição precípua para a estabilidade das relações sociais, conforme preceitua o texto constitucional, *verbis*:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza....

*...
XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."*

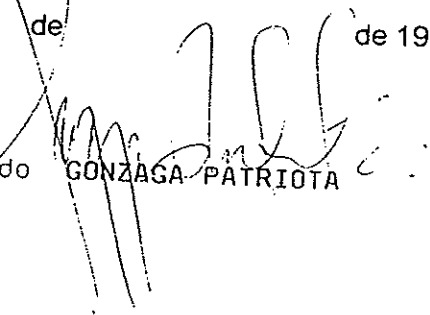
Para concluir, convém citar a Proposta de Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, em seu Livro *Mãos a Obra*, BRASIL, páginas 161, 166 e 167, onde propôs **fortalecer os órgãos federais de segurança e fiscalização**, do qual destacamos alguns pontos:

"Melhoria das condições materiais e salariais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal..."

Portanto, considerando que os Decretos-leis nºs 1.714/79 e 2.372/87, revogados pelo art. 14 da Lei nº 9.266/96, foram restabelecidos para os Policiais Federais, através do art. 1º da supracitada MP 2.116-15/01 (2.009/99), também, por dever de JUSTIÇA, há que se restabelecer a **Gratificação por Operações Especiais aos Policiais Rodoviários Federais**, haja vista o direito adquirido dos mesmos, a exemplo do que ocorreu através do Decreto-lei nº 1.771/80 e da Lei nº 8.270/92, art. 14, § 2º.

Dessa forma, o que se pretende e se espera desta Casa de Leis é a garantia da aplicação da justiça, para assegurar o direito dos Policiais Rodoviários Federais, em relação aos benefícios restabelecidos pelo art. 1º da MP nº 2.116-15/01 (2.009/99).

Sala das Sessões, em de de 1998

Deputado  GONZAGA PATRIOTA

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.116-17, ADOTADA, EM 27 DE MARÇO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DAS CARREIRAS POLICIAL FEDERAL, DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL, E DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, ALTERA AS LEIS NºS 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, 5.619, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1970, E 5.906, DE 23 DE JULHO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ROBERTO JEFFERSON	031 e 032

CONVALIDADAS - 030
ADICINADAS - 002

TOTAL DE EMENDAS - 032

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP-2116-17

000031

DATA 29/03/2001		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2116-17	
AUTOR Deputado Roberto Jefferson		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO			
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTIT GLOBAL
PÁGINA 01/04	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

Dê-se nova redação ao texto da ementa e do art. 1º da Medida Provisória nº 2.116-17, de 27 de março de 2001, cujos dispositivos passarão a ter as seguintes redação:

EMENTA - "Assegura a percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Policial Rodoviário Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1995, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências. "

"Art. 1º - Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os decretos-lei nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa compatibilizar o texto da MP 2.116-17, de 28 de março de 2001, originária da MP 2.009/99, com a Constituição Federal, pois, estando a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Polícia Federal, inserida no Sistema de Segurança Pública, nos termos do art. 144, caput, incisos I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessário se faz dar o mesmo tratamento salarial aos servidores da carreira Policial Rodoviário Federal, especialmente em face das duas instituições pertencerem ao mesmo Ministério da Justiça.

Através do art. 1º da MP nº 2.009/99, atualmente substituída pela MP 2.116/17/01, o Governo Federal **contemplou os servidores da carreira Policial Federal, restabelecendo a Gratificação por Operações Especiais.**

Posteriormente, através de reedição da mencionada medida provisória, contemplou, também, os Policiais Cíveis do Distrito Federal, na forma do art. 2º da citada MP 2.116-16/01, ora vigente, em substituição a MP 2.009/99.

Há que se ressaltar que o Governo Federal fez justiça aos Policiais Federais e Cíveis do Distrito Federal ao reconhecer os seus direitos em receber os valores correspondentes a GOE, instituída, originalmente, para recompensar os ocupantes de cargos de natureza policial em face das **peculiaridades do exercício de função decorrente da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos a que estão sujeitos.**

Todavia, a MP 2.009/99, e suas reedições, não contemplou os servidores da Carreira Policial Rodoviário Federal que, igualmente, **estão sujeitos às mesmas peculiaridades do exercício de função decorrente da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos da própria vida**, privando os de um **direito líquido e certo**, garantido pela Constituição da República (art. 5º, caput e inciso XXXVI).

Essa omissão há que ser corrigida urgentemente por esta Casa Legislativa, considerando que, historicamente, desde janeiro de 1980, os servidores da Polícia Rodoviária Federal sempre tiveram **os mesmos direitos** dos servidores da Polícia Federal, **relativamente as gratificações concedidas** pelo Governo Federal, em face do **desempenho de atribuições iguais ou assemelhadas** exercidas nos cargos de atividade de natureza policial, cujos servidores, igualmente, são mantidos pela União Federal e pertencem aos quadros do mesmo Ministério da Justiça, senão vejamos:

a) Através do **Decreto-lei nº 1.714, de 21/11/79**, originalmente, foi instituída a **Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Federal**, com previsão de incorporação de 1/10 do valor por ano de exercício, em cargo de natureza estritamente policial;

b) Ato contínuo, o **Decreto-lei nº 1.771**, de 20/02/80, *reconhecendo a semelhança de atribuições*, estendeu a supracitada **Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Rodoviária Federal**, retroagindo seus efeitos ao mês de janeiro daquele ano, também, com previsão legal de incorporação, a razão de 1/10 do seu valor, por ano de exercício, em cargo de natureza policial,

c) Posteriormente, através do **Decreto-lei nº 2.211/84** foi instituída a **Gratificação de Função Policial aos servidores da Polícia Federal**;

d) Sequencialmente, face *a semelhança de atribuições*, o **Decreto-lei nº 2.259/85** estendeu a referida **Gratificação de Função Policial aos Policiais Rodoviários Federais**;

Posteriormente, a **Gratificação por Operações Especiais**, originalmente, instituída pelo **Decreto-lei nº 1.714/79**, no percentual de 60%, por força do **Decreto-lei nº 2.372/87**, foi majorada para 90% dos vencimentos.

A partir de 1988, com o advento da nova Constituição Federal, o **direito dos servidores com atribuições iguais ou assemelhadas**, in casu os Policiais Rodoviários Federais e Policiais Federais, embora já reconhecido pelo Governo Federal, expressamente, **foi assegurado através do imperativo constitucional, estabelecido no art. 39 § 1º**, devidamente regulamentado pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis, instituído pela **Lei nº 8.112/90**, nos termos do seu art. 41, § 4º, **garantindo**, assim, a **isonomia de vencimentos para tais servidores**, seja através de leis, decretos-lei ou medidas provisórias.

Em cumprimento ao mandamento constitucional e ao novo estatuto dos servidores, a exemplo das legislações anteriores, o Governo Federal, tendo em vista sua interpretação equivocada de que a Gratificação por Operações Especiais havia sido incorporada pela Lei nº 7.923/89, reconheceu sua falha editando novas normas com a finalidade de beneficiar os servidores das duas instituições, senão vejamos:

de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo ou emprego e riscos a que estão sujeitos, sendo, portanto, igual a sua interpretação às duas instituições policiais.

Portanto, considerando que os Decretos-lei nºs 1.714/79 e 2.372/87, revogados pelo art. 14 da Lei nº 9.266/96, foram restabelecidos para os Policiais Federais, através do art. 1º da supracitada MP 2.116-15/01 (2.009/99), também, por dever de JUSTIÇA, há que se restabelecer a **Gratificação por Operações Especiais aos Policiais Rodoviários Federais**, haja vista o direito adquirido dos mesmos, a exemplo do que ocorreu através do Decreto-lei nº 1.771/80 e da Lei nº 8.270/92, art. 14, § 2º.

Dessa forma, o que se pretende e se espera desta Casa de Leis é a garantia da aplicação da justiça, para assegurar o direito dos Policiais Rodoviários Federais, em relação aos benefícios restabelecidos pelo art. 1º da MP nº 2.116-17/01 (2.009/99).

Sala das Sessões, em

de

de 2001.

ASSINATURA

10.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP - 2116 - 17

000032

DATA 29/03/2001		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2116-17	
AUTOR Deputado Roberto Jefferson		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO			
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA
9 <input type="checkbox"/> - SUBSTIT GLOBAL			
PÁGINA 01/04	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Inclua-se na EMENTA da Medida Provisória nº 2.116-17, de 27 de março de 2001, o seguinte texto:

"Policial Rodoviário Federal"

Em razão da inclusão a EMENTA passará a ter a seguinte redação:

"Assegura a percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, **Policial Rodoviário Federal**, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nº.s 4.878, de 3 de dezembro de 1995, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências. "

Inclua-se, também, **parágrafo único** no art. 1º da Medida Provisória nº 2.116/17, de 27 de março de 2001, com o seguinte texto

"Parágrafo único. Ficam assegurados aos servidores da Carreira Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de fevereiro de 2001, os valores da Gratificação por Operações Especiais a que se refere este artigo."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa compatibilizar o texto da MP 2.116-17/01, originária da MP 2.009/99, com a Constituição Federal, pois, estando a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Polícia Federal, inserida no Sistema de Segurança Pública, nos termos do art. 144, caput, incisos I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessário se faz dar o mesmo tratamento salarial aos servidores da carreira Policial Rodoviário Federal.

Através do art. 1º da MP nº 2.009/99, atualmente substituída pela MP 2.116-17/01, o Governo Federal **contemplou os servidores da carreira Policial Federal, restabelecendo a Gratificação por Operações Especiais.**

Posteriormente, através de reedição da mencionada medida provisória, contemplou, também, os Policiais Civis do Distrito Federal, na forma do art. 2º da citada MP 2.116-17/01, ora vigente, em substituição a MP 2.009/99.

Há que se ressaltar que o Governo Federal fez justiça aos Policiais Federais e Civis do Distrito Federal ao reconhecer os seus direitos em receber os valores correspondentes a GOE, instituída, originalmente, para recompensar os ocupantes de cargos de natureza policial em face das **peculiaridades do exercício de função decorrente da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos a que estão sujeitos.**

Todavia, a MP 2.009/99, e suas reedições, não contemplou os servidores da Carreira Policial Rodoviário Federal que, igualmente, estão sujeitos às **mesmas peculiaridades do exercício de função decorrente da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos da própria vida, privando-os de um direito líquido e certo, garantido pela Constituição da República (art. 5º, caput e inciso XXXVI).**

Essa omissão há que ser corrigida urgentemente por esta Casa Legislativa, considerando que, historicamente, desde janeiro de 1980, os servidores da Polícia Rodoviária Federal sempre tiveram **os mesmos direitos** dos servidores da Polícia Federal, **relativamente as gratificações concedidas** pelo Governo Federal, em face do **desempenho de atribuições iguais ou assemelhadas** exercidas nos cargos de atividade de natureza policial, cujos servidores, igualmente, são mantidos pela União Federal e pertencem aos quadros do mesmo Ministério da Justiça, senão vejamos:

a) Através do **Decreto-lei nº 1.714, de 21/11/79**, originalmente, foi instituída a **Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Federal**, com previsão de incorporação de 1/10 do valor por ano de exercício, em cargo de natureza estritamente policial;

b) Ato contínuo, o **Decreto-lei nº 1.771, de 20/02/80**, **reconhecendo a semelhança de atribuições**, estendeu a supracitada **Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Rodoviária Federal**, retroagindo seus efeitos ao mês de janeiro daquele ano, também, com previsão legal de incorporação, a razão de 1/10 do seu valor, por ano de exercício, em cargo de natureza policial,

c) Posteriormente, através do **Decreto-lei nº 2.211/84** foi instituída a **Gratificação de Função Policial aos servidores da Polícia Federal**;

d) Sequencialmente, face a **semelhança de atribuições**, o **Decreto-lei nº 2.259/85** estendeu a referida **Gratificação de Função Policial aos Policiais Rodoviários Federais**;

Posteriormente, a **Gratificação por Operações Especiais**, originalmente, instituída pelo **Decreto-lei nº 1.714/79**, no percentual de 60%, por força do **Decreto-lei nº 2.372/87**, foi majorada para 90% dos vencimentos.

A partir de 1988, com o advento da nova Constituição Federal, **o direito dos servidores com atribuições iguais ou assemelhadas**, in casu os Policiais Rodoviários Federais e Policiais Federais, embora já reconhecido pelo Governo Federal, expressamente, **foi assegurado através do imperativo constitucional, estabelecido no art. 39 § 1º**, devidamente regulamentado pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis, instituído pela **Lei nº 8.112/90**, nos termos do seu art. 41, § 4º, **garantindo, assim, a isonomia de vencimentos para tais servidores**, seja através de leis, decretos-lei ou medidas provisórias.

em cumprimento ao mandamento constitucional e ao novo estatuto dos servidores, a exemplo das legislações anteriores, o Governo Federal, tendo em vista sua interpretação equivocada de que a Gratificação por Operações Especiais havia sido incorporada pela Lei nº 7.923/89, reconheceu sua falha editando novas normas com a finalidade de beneficiar os servidores das duas instituições, senão vejamos:

a) Através da Lei nº 8.162, de 08/01/91, em seu art. 15, foi restabelecida a Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Federal;

b) Novamente, reconhecendo a semelhança de atribuições, entre os servidores das duas instituições, através da Lei nº 8.270, de 17/12/91, no § 2º do art. 14, o Governo Federal estendeu a Gratificação por Operações Especiais aos servidores da Polícia Rodoviária Federal.

A fundamentação à criação da GOE, para os grupos funcionais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, sempre se deu para atender às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo ou emprego e riscos a que estão sujeitos, sendo, portanto, igual a sua interpretação às duas instituições policiais.

Portanto, considerando que os Decretos-lei nºs 1.714/79 e 2.372/87, revogados pelo art. 14 da Lei nº 9.266/96, foram restabelecidos para os Policiais Federais, através do art. 1º da supracitada MP 2.116-15/01 (2.009/99), também, por dever de JUSTIÇA, há que se restabelecer a Gratificação por Operações Especiais aos Policiais Rodoviários Federais, haja vista o direito adquirido dos mesmos, a exemplo do que ocorreu através do Decreto-lei nº 1.771/80 e da Lei nº 8.270/92, art. 14, § 2º.

Dessa forma, o que se pretende e se espera desta Casa de Leis é a garantia da aplicação da justiça, para assegurar o direito dos Policiais Rodoviários Federais, em relação aos benefícios restabelecidos pelo art. 1º da MP nº 2.116-17/01 (2.009/99).

Sala das Sessões, em

de

de 2001.

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.116-18**, ADOTADA, EM 26 DE ABRIL DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DAS CARREIRAS POLICIAL FEDERAL, DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL, E DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, ALTERA AS LEIS NºS 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, 5.619, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1970, E 5.906, DE 23 DE JULHO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	33
Senador MOREIRA MENDES	34

TOTAL DE EMENDAS - 034

Convalidadas - 032

Adicionadas - 002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MP 2116-18 000033	
1 DATA 02-05-2001	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISORIA Nº 2116-18		
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		5 Nº PRONTUÁRIO 337	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPPL. SIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 FOLHA 01/01	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	ALÍNEA
9 TEXTO			

Dê-se na redação ao texto da emenda e do artigo 1º, assim como a supressão dos artigos 4º e 5º enumerando os demais artigos da Medida Provisória em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

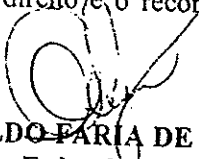
EMENTA – “Assegura a percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Policial Ferroviário Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências.”

Artigo 1º - Os valores da gratificação por operações especiais ficam assegurados a todos os servidores das carreiras Policial Federal e Policial Ferroviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

JUSTIFICATIVA

A Polícia Ferroviária Federal encontra-se no item 3º, parágrafo 3º do artigo 144 da nossa Constituição, a qual destina-se ao patrulhamento ostensivo das Rodovias Federais, portanto tendo o seu incomparável valor dentro da Segurança Pública do nosso País, e por testemunharmos os relevantes serviços prestados com louvor, competência e seriedade em prol da nossa população, devemos acima de tudo valorizar o nosso Policial Ferroviário Federal.

Ante o acima exposto e por uma questão de equidade social e senso de justiça, encarecemos aos nossos pares a aprovação da presente emenda, para que seja assegurado o direito e o reconhecimento dos nossos Policiais Ferroviários Federais.


ARNALDO FÁRIA DE SÁ
Deputado Federal - São Paulo

MP 2116-18

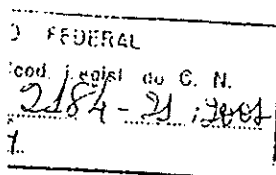
000034

Dê-se ao *caput* do art. 2º da Medida Provisória nº 2.116-18, de 26 de abril de 2001, a seguinte redação:

Art. 2º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.727, de 10 de dezembro de 1979, e 2.387, de 18 de dezembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, bem como a todos os policiais civis dos extintos territórios, nos seguintes percentuais: (...)

Dê-se ao *caput* do art. 12 da Medida Provisória nº 2.116-18, de 26 de abril de 2001, a seguinte redação:

Art. 12. Até que seja reeditada lei que disponha sobre as obrigação, os deveres, as prerrogativas e o regimento de remuneração do pessoal militar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e dos ex-territórios, continuam sendo devidas:



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, ao conferir aos policiais civis dos extintos territórios as mesmas vantagens concedidas aos policiais federais e do Distrito Federal por meio desta Medida Provisória, tem por escopo atender ao princípio magno gravado em nossa Constituição como cláusula pétrea, que vem a ser o princípio da isonomia. Entendemos que, se os policiais civis dos extintos territórios se encontram na mesma situação jurídica dos demais policiais que as citadas leis buscam abrigar, não há argumento ~~que possa respaldar a não~~ contemplação das mesmas vantagens àqueles policiais que cumprem as mesmas tarefas, em igualdade de condições.

O § 1º do art. 39 da Lei Maior não deixa dúvidas quanto à legitimidade da pretensão ora apresentada sob forma de emenda, ao estabelecer o que se segue:

Art. 39.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Além do princípio constitucional, que por si só já justificaria a legitimidade da presente emenda, há decisões jurisprudenciais que corroboram, à farta, as razões que nos levaram a apresentá-la, das quais citamos as decisões de 13/08/97 (MS nº 4.733-DF), de 18/12/97 (MS nº 4.248-DF), de 17/03/98 (RE nº 155.961-AP) e de 10/03/98 (RE 156.070-AP), todas do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente:

A igualdade de tratamento entre os servidores públicos federais e os servidores públicos dos extintos territórios federais decorre da norma contida no art. 1º da Lei 7.548/86, que, aliada ao disposto no art. 39, § 1º, da Constituição, garante aos integrantes do sindicato impetrante a percepção das mesmas vantagens concedidas aos policiais federais.

A remuneração e vantagens dos servidores civis dos antigos territórios transformados em estados membros, a partir da edição da Lei nº 7.548/86, passou a ser subsidiariamente disciplinada pelas leis federais que tratam dos integrantes da carreira policial federal, sendo-lhes devido, sob pena de violação ao princípio isonômico de equiparação de vencimentos, a vantagem da gratificação temporária instituída pela Lei nº 9.014/94, assegurada aos policiais federais.

O direito assegurado aos ocupantes de cargos da carreira de policial civil dos extintos territórios federais com os da carreira de policial federal decorre de preceitos constitucionais e legais.

Por força dos arts. 1º e 2º da Lei nº 7.548/86, a matéria tratada no Decreto-Lei nº 2.251/85, atualmente versada na Lei nº 9.266/96, aplica-se tanto aos servidores públicos federais, como aos extintos territórios federais, razão pela qual, em matéria de vencimentos, os policiais civis daquelas unidades administrativas, hoje federadas, devem ter o mesmo tratamento dispensado aos policiais federais.

Resolvemos, ainda, alterar a redação do *caput* do art. 12 da Medida Provisória, que foi elaborado por ocasião de sua reedição, para adequá-lo à alteração ora apresentada, tornando o preceito contido no citado art. 12 válido para os policiais de todos os ex-Territórios, inclusive o ex-Território de Rondônia.

Tendo em vista as mencionadas decisões jurisprudenciais aliadas às normas constitucionais sobre a questão, na verdade o direito de os policiais dos extintos Territórios receberem as mesmas vantagens já é assegurado. Mas, como na prática não se tem verificado o respeito a tal direito, resolvemos elaborar a presente emenda, para que não mais ocorram equívocos atinentes à sua efetivação.

Esperamos, pois, de nossos ilustres Pares a aprovação da iniciativa ora formulada.

Sala das Sessões,

Senador

*Façam-se as substituições
solicitadas*

Em 28 / 06 / 2001

OF. Nº 143/01-GLPFL

Brasília, 21 de junho de 2.001.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.116-19, de 24 de maio de 2001, que "*Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de*

1973, 7.102, de 20 de junho de 1983, e dá outras providências ". ficando assim constituída:

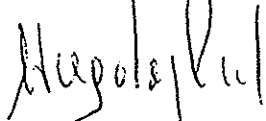
TITULARES

Romeu Tuma
Bernardo Cabral

SUPLENTE

Francelino Pereira
Mozarildo Cavalcanti

Atenciosamente,



Senador HUGO NAPOLEÃO
Líder do PFL no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor
Senador JARDER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

